

Dora Kramer*

Quanto mais os juízes avançam na reação, pior fica o STF

A Suprema Corte não é partido nem seus ministros são políticos para recorrer ao método de resistência baseado na dinâmica do “bateu, levou”, difundido no governo Fernando Collor como reação às críticas que começavam a lhe erodir o poder. Vimos no que deu.

Tampouco há expectativa de resultado positivo quando magistrados se envolvem em escaramuças que fogem ao escopo de seus papéis constitucionais. Disso já dão notícias os desdobramentos da decisão da ala ativista do STF de enfrentar, sob a liderança de Gilmar Mendes, a crise de imagem do tribunal com a troca de socos retóricos e o uso de instrumentos jurídicos.

Se o decano pretendia defender a corte, errou na dose. Avançou no juízo de valor ao atribuir ao mercado financeiro (“Faria Lima”) os males de um processo que ainda precisa de julgamento e incrementou o discurso de ao menos um opositorista.

De personagem lateral, Romeu Zema (Novo) passou a protagonista do noticiário na semana passada. Um adendo: conviria ao ex-governador mineiro calibrar as investidas antes que o senso de oportunidade se

configure em mero oportunismo aos olhos do público.

Aos ministros do Supremo que se aliam à linha do embate caberia aproveitar o momento para mudar o rumo da prosa. A ofensiva de comunicação do decano não deu certo; as providências pedidas a Alexandre de Moraes e ao procurador-geral colocam os dois numa posição delicada; se atendidas, aumentarão as críticas. Além disso, a tentativa de isolar o presidente Edson Fachin e a ministra Cármen Lúcia só fez crescer o apoio externo a ambos.

Propostas de reforma ampla no Judiciário e de pacto entre os Poderes assumiram caráter diversio-nista e, assim, caíram no vazio. Do ponto de vista estratégico não sobra alternativa às vozes combativas do tribunal a não ser o recuo. Investir na unidade do colegiado, reconhecer a autoridade do presidente da corte, apoiar a criação de um código interno de ética e, por mais que os desagrade, conter-se e se ater às suas funções jurisdicionais.

*Jornalista e comentarista de política

Paulo César de Oliveira*

A guerra que não acaba

Não foi nem uma, nem duas vezes que disse que a guerra no Oriente Médio não vai acabar e que o presidente Trump — que no sábado sofreu um atentado — é o grande responsável por ter alimentado o ataque ao Irã e agora está sem saber como sair. A situação política interna se agrava para o presidente que, com alto nível de desaprovação, enfrentará uma eleição interna, agora em novembro, para a renovação de toda a Câmara dos Representantes e um terço do Senado.

Trump corre o risco de perder a frágil maioria legislativa que sustenta seu governo e passar o restante do mandato — que termina em janeiro de 2029 — com minoria legislativa, o que representa séria ameaça à sua permanência no cargo. Trump é hoje não há como negar, um político acuado. Começou a manifestar sua convicção de ser um predestinado dono do mundo, ameaçando anexar a Groenlândia e até o Canadá, sob pretexto de assegurar a integridade do território americano.

Depois, a pretexto de conter o tráfico de drogas para seu país, invadiu a Venezuela, prendeu Maduro — talvez a única coisa certa que fez — e dominou o petróleo do país, o que parece ter sido o objetivo real. Fez várias ameaças a outros países, criou tarifas e finalmente, associado a Israel, iniciou, sem comunicar a outros aliados, a guerra contra o Irã que se alastrou envolvendo vários outros países. Trump e Israel, seu aliado por conveniências, se deram mal.

A verdade é que, como praticamente todo o resto do mundo, desconheciam o poder bélico do Irã e a disposição de luta de seu povo. Encontraram uma resistência não esperada e que não sabem como vencer, sem o extremismo de uma guerra nuclear que acabe com a civilização.

Trump, neste momento, é um homem acuado. Externamente não consegue vencer uma guerra que dizia ser questão de dias. Internamente corre o risco de ser derrotado nas urnas. Inseguro e fanfarrão, vê aliados tradicionais se afastando e se já não sabe não sabe como vencer a guerra, não sabe também como perdê-la. O Irã o desafia abertamente e até já se recusa abertamente a negociar com representantes americanos. Impõe uma derrota moral a um adversário sabidamente mais forte em termos bélicos, mas enfraquecido politicamente.

Observadores internacionais, aliados e adversários internos já sentem as disposições de Trump de pôr fim a esta guerra, deixando para seus aliados a responsabilidade para buscar saídas para as suas consequências econômicas, argumentando que não foram parceiros na solução da crise mundial gerada com o fechamento do Estreito de Ormuz. Mas tudo que diz respeito ao comportamento de Trump é especulação. Dele se pode esperar tudo.

*Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

EDITORIAL

Do cravo à ferradura atual em Portugal

A Revolução dos Cravos permanece como o momento fundador da democracia portuguesa contemporânea, mas o seu peso político não se esgota na evocação ritual de abril. Mais do que uma rutura com o Estado Novo, foi a abertura de um processo ainda em curso: o de definir, em cada geração, os contornos da liberdade, da igualdade e da participação cívica.

Cinco décadas depois, a herança de 1974 continua a ser disputada no espaço público. Para uns, abril é sinónimo de direitos sociais e de um Estado comprometido com a coesão; para outros, é sobretudo a consagração das liberdades individuais e da alternância democrática. Esta tensão não diminui a importância do acontecimento: pelo contrário, demonstra a sua vitalidade. Um legado que não é questionado tende a fossilizar-se; um legado debatido permanece politicamente fértil.

A atual paisagem política portuguesa, marcada pela fragmentação partidária e por uma crescente volatilidade eleitoral, evidencia como os valores de abril são simultaneamente consensuais e insuficientes para responder aos desafios contemporâneos.

A desconfiança nas instituições, o afastamento dos cidadãos da participação política e a presença de fenómenos globais — das

desigualdades económicas à transição digital — exigem mais do que a memória da revolução: exigem a sua atualização.

Importa, por isso, resistir a duas tentações. A primeira é a da mitificação acrítica, que transforma abril num símbolo intocável, esvaziado de conteúdo político concreto. A segunda é a da relativização, que desvaloriza conquistas fundamentais em nome de uma leitura utilitarista do presente. Entre estas posições, há um caminho exigente: o de reconhecer que a democracia não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo de construção coletiva.

Se a Revolução dos Cravos ensinou algo, foi que a mudança política profunda depende da convergência entre vontade popular e responsabilidade institucional. Hoje, esse ensinamento permanece atual e urgente, sobretudo perante a necessidade de reforçar a confiança pública, combater a apatia cívica e garantir que os princípios democráticos não se diluem na rotina governativa.

Em tempos de incerteza, recordar abril não deve ser um exercício nostálgico, mas um compromisso renovado com a qualidade da democracia. Portugal não precisa apenas de celebrar o passado; precisa de o traduzir em ação no presente.

Opinião do leitor

Dieta pode ajudar

Anualmente, a data 25 de abril, Dia Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial, é usada para campanha de prevenção da doença, que vem cada vez afetando um número maior de pessoas. O aumento de casos está ligado com cuidados na alimentação. A primeira medida é adotar uma dieta mais saudável e reduzir o consumo de sódio.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO PARAGUAIO DECRETA ESTADO DE SÍTIO NO PAÍS

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de abril de 1931 foram: Foi decretado estado de sítio em todo o território do Paraguai. Boatos em Portugal indi-

cam que há um possível levante em Guiné. Reforma eleitoral na Inglaterra está sendo discutida no parlamento. Villa-Lobos se prepara para grande concerto em São Paulo.

HÁ 75 ANOS: SENADO APROVA JOÃO CARLOS VITAL COMO O NOVO PREFEITO DO DF

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de abril de 1951 foram: Tropas chinesas afirmam, pela primeira vez, que Aliados passaram do paralelo 38. Caixa financiará os jornalistas para a aquisição de prédios residenciais. Senado aprova por

44 votos a indicação de João Carlos Vital como o novo prefeito do Distrito Federal. Câmara segue apreciando o projeto de lei que cria o Estatuto dos Funcionários Públicos. Instala-se a Convenção Nacional da UDN.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.